
Educação, Linguagens e Inclusão

Education, Languages and Inclusion

Educación, Idiomas e Inclusión

Antonio Lisboa Santos Silva Júnior

Universidade Federal de Roraima (Brasil)

Janiny Pires Seles Bispo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil)

ROQUE-FARIA Helenice Joviano; SILVA, Kléber Aparecido da (org.). **Educação, linguagens e inclusão**. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

A obra *Educação, Linguagens e Inclusão* reúne capítulos que versam acerca dos letramentos, da acessibilidade, da saúde pública e dos sentidos discursivos para alunos surdos; e, por fim, das práticas decoloniais na Educação. Ademais, trazem reflexões de nove professores pesquisadores brasileiros, que estão envolvidos com pesquisas e ensino de linguagens de forma crítica, transformadora e inclusiva.

O prefácio da obra, escrito por Vicente Parreira, suscita uma pesquisa com significativas ponderações do processo de desenvolvimento da escrita na escola primária e secundária de estudantes de Belo Horizonte. A pesquisa acompanhou um grupo de alunos socialmente divididos entre favorecidos e desfavorecidos durante oito anos e chega ao entendimento de que os estudantes poderiam estar no mesmo ritmo de estudo caso fossem consideradas suas experiências comunicativas de argumentação e interlocução. No entanto, a realidade de repetência é predominante no grupo socialmente desfavorecido sob a alegação das escolhas lexicais em textos escritos. Nesse sentido, o autor reflete sobre a estigmatização que a escola produz ao classificar alunos como capazes e incapazes, legitimando discursos hegemônicos opressores que perpetuam a esfera social.

No primeiro capítulo, Pereira faz um percurso histórico dos quatro estágios de "aceitação" da pessoa com deficiência, denominados exclusão,

segregação, tentativa de normalização e acessibilidade. O estudo teve como objetivo compreender os sentidos de acessibilidade para os surdos, a partir da percepção dos profissionais da saúde no município de Sinop (MT).

No segundo capítulo, Almeida apresenta, de maneira bastante interessante, as legislações que designam as funções do intérprete e as responsabilidades do professor. A autora conclui seu texto motivando os profissionais da educação a compreender o cotidiano da escola e, a partir daí, propor melhorias, principalmente para o aluno surdo.

No terceiro capítulo, Dona aborda a definição de letramento e alfabetização. Do ponto de vista educacional, a autora constata diversos desafios relacionados à cultura de povos indígenas, dos quais a escola urbana ainda precisa se apropriar, bem como das experiências tribais que devem ser consideradas no processo de escolarização e letramento.

No quarto capítulo, Donatti discute acerca de sua construção identitária como professor de língua inglesa na Educação de Jovens e Adultos, a aplicação dessa modalidade no estado do Mato Grosso, por meio da Portaria nº 393/2007/SEDUC/MT, e a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos, que foram implementadas em vinte e quatro escolas. Essa modalidade trouxe novidades às práticas docentes, o que o levou a ancorar-se nas práxis decoloniais, em Freire (2016), Oliveira (2016), Reis e Andrade (2018). Ele menciona: “Senti-me desafiado a investigar sobre essa temática para observar se minhas inquietações também faziam parte do cotidiano e das práticas de outros docentes de LI [...]” (Donatti, 2020, p. 94).

No quinto capítulo, Moraes (2020, p. 126) realiza uma análise do discurso do professor de um aluno de cinco anos que é diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA, analisando o “[...] momento antecedente ao laudo diagnóstico e no momento após o laudo diagnóstico, em busca de observar, na materialidade do laudo diagnóstico, a transformação que ocorre no sujeito e na imagem do aprendiz [...]” (2020, p. 126), pois, caso alguma criança tenha o TEA, ela deve ser incluída na escola com as adaptações para o seu desenvolvimento (Brasil, 2012). No texto, há várias reflexões, dentre elas, acerca da terminologia “autismo” que não deve mais ser utilizada (Orrú, 2016); características que a pessoa com TEA pode ter, ajudando os leitores a identificar uma pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, facilitando o processo de inclusão em ambientes escolares.

No sexto capítulo, Souza discute que alguns fenômenos da globalização levaram a reflexões sobre cidadania, justiça social e igualdade de acesso à educação, em especial, em 1990, com a ideia de educação inclusiva. Em seguida, a Declaração de Salamanca, em 1994, serviu como estopim para discussões sobre as diretrizes básicas para uma educação inclusiva e provocou reformas nas políticas e nos sistemas educacionais. O autor afirma que tudo isso traz incertezas na educação da pós-modernidade, porque a globalização não foi capaz de reduzir as desigualdades ainda existentes, principalmente no que tange às pessoas com deficiência que encaram a discriminação que se perpetua, inclusive, na escola (Mantoan, 2003). O autor finaliza afirmando que o letramento crítico é uma forma de incluir os alunos, já que os leva a realizar reflexões sobre os diversos temas da sociedade.

No sétimo capítulo, Roque-Faria, Nunes e Silva discutem sobre a violência histórica direcionada às pessoas negras no Brasil, que resultam nas desigualdades sociais atuais. Os autores discutem como a Linguística Aplicada Crítica (LAC) contribui para uma educação translíngue e antirracista. O ensino da língua portuguesa, ancorado nas ideologias da branquitude, é histórico, mas se verifica que o ensino antirracista pode contribuir para melhor acolher as diferenças e similitudes humanas dentro da escola.

3

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: **Diário Oficial Da União**, Brasília, DF, Seção 1, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2012/12/28/Secao-1>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**: o que é? por que? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Camila Klen de. "Breve introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser." In: Seminário Científico da FACIG e I Jornada de Iniciação Científica da FACIG, 2; 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://>

pensaracademico. facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/53. Acesso em: 25 jan. 2023.

REIS, Mauricio de Novais; ANDRADE, Marcilea Freiras Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v 17, n. 202, p. 1-11, mar, 2018.

ORRÚ, Silva Ester. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2016.

Prof. Ms. Antonio Lisboa Santos Silva Júnior

Universidade Federal de Roraima (Brasil)

Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília

Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (CNPq)

Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-2016-3889>

E-mail: antonio_lisboa_jr@hotmail.com

4

Profa. Ms. Janiny Pires Seles Bispo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil)

Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (CNPq)

Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-7311-9879>

E-mail: janinylibras@ufrb.edu.br

Recebida 28 jul. 2023

Aceita 7 ago. 2023